

**FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A**

**VINÍCIUS RODRIGUES AMORIM**

**A EFETIVIDADE DO FUNDO DE COMBATE À POBREZA NO  
BRASIL**

**VITÓRIA  
2024**

**VINÍCIUS RODRIGUES AMORIM**

**A EFETIVIDADE DO FUNDO DE COMBATE À POBREZA NO  
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Edvan Soares de Oliveira

**VITÓRIA  
2024**

**VINÍCIUS RODRIGUES AMORIM**

**A EFETIVIDADE DO FUNDO DE COMBATE À POBREZA NO  
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A como requisito para obtenção parcial do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 27 de novembro de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Prof. Dr.: EDVAN SOARES DE OLIVEIRA**  
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

**Profa. Dra.: FLÁVIA DE OLIVEIRA RAPOZO**  
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

**Prof. Msc.: JHONNY SILVA GOMES**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

## AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial a meus pais, pelo direcionamento ao estudo como caminho de evolução na vida. Valor que espero transmitir à minha filha Victória, meu maior incentivo.

Aos meus queridos colegas Bia e Jonas, companheiros primordiais em minha jornada, por tornarem mais leves os obstáculos inerentes à ela e próprios de um economista tendo seu primeiro contato com um novo universo: o da Contabilidade.

Ao meu orientador, prof. Dr. Edvan Soares de Oliveira, pelas contribuições à elaboração do trabalho, mas essencialmente pela compreensão, paciência e respeito ao meu tempo de recuperação de saúde. Ao meu querido orientador dos tempos de graduação na UFAL, prof. Dr. André Maia Gomes Lages (*in memoriam*), por todo o incentivo e confiança em minha capacidade e competência.

Aos profissionais Wellington Lima e Taysa Houly, pelo fundamental auxílio ao reestabelecimento de minha saúde e por me permitirem retornar do meu período mais desafiador.

À minha companheira, Bárbara, pelo cuidado, atenção e estímulo.

“A verdadeira dificuldade não reside em aceitar novas ideias, mas em escapar das antigas.”

(John Maynard Keynes)

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar o efeito do fundo de combate à pobreza nos níveis de pobreza nos estados brasileiros, trazendo um debate sobre o tempo que leva para que o efeito aconteça. Para tanto, são empregados modelos econométricos de regressão quantílica, com controle do efeito fixo de ano e unidade federativa, a fim de examinar a dinâmica temporal desses impactos. Os resultados indicam uma defasagem temporal de aproximadamente três anos, para que os efeitos máximos dos Fundos de Combate à Pobreza se manifestem na redução da pobreza em geral. Por outro lado, observa-se uma redução da pobreza extrema já a partir do primeiro ano, seguida por uma trajetória decrescente ao longo do tempo. Essas constatações ressaltam a importância de considerar a dimensão temporal na análise das políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e da pobreza extrema. Esta pesquisa contribui teoricamente ao introduzir a perspectiva temporal à análise das políticas sociais, fornecendo contribuições para a formulação de estratégias mais eficazes e sustentáveis. As conclusões deste estudo têm implicações relevantes para a formulação e implementação de políticas sociais no Brasil, visando a mitigar os desafios persistentes relacionados à pobreza.

**Palavras-chave:** Pobreza; Desigualdade; Fundos de Combate à Pobreza; Economia Brasileira; Defasagem.

## **ABSTRACT**

This study aims to verify the effect of the anti-poverty fund on poverty levels in Brazilian states, bringing a debate about the time it takes for the effect to happen. To this end, econometric quantile regression models are used, with control for the fixed effect of year and federative unit, in order to examine the temporal dynamics of these impacts. The results indicate a time lag of approximately three years for the maximum effects of the Anti-Poverty Funds to be manifested in the reduction of poverty in general. On the other hand, there is an immediate reduction in extreme poverty, followed by a decreasing trajectory over time. These findings highlight the importance of considering the temporal dimension when analyzing public policies aimed at reducing poverty and extreme poverty. This research contributes theoretically by introducing a temporal perspective to the analysis of social policies, providing contributions to the formulation of more effective and sustainable strategies. The conclusions of this study have relevant implications for the formulation and implementation of social policies in Brazil, aiming to mitigate persistent challenges related to poverty.

**Keywords:** Poverty; Inequality; Anti-Poverty Funds; Brazilian economy; Lag.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>   | <b>14</b> |
| 2.1. POBREZA.....  | 14        |
| 2.2. FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA .....                             | 18        |
| 2.3. SENSIBILIDADE A CHOQUES DE RENDA .....                                      | 22        |
| 2.4. HORIZONTE DE INTERFERÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS .....                      | 24        |
| <b>3. METODOLOGIA .....</b>  | <b>26</b> |
| 3.1. BASE DE DADOS, AMOSTRA E TRATAMENTOS.....                                   | 26        |
| 3.2. VARIÁVEIS .....   | 27        |
| <b>3.2.1. Variáveis dependentes .....</b>  | <b>27</b> |
| <b>3.2.2. Variável independente de interesse .....</b>                           | <b>27</b> |
| <b>3.2.3. Variáveis independentes de controle.....</b>                           | <b>28</b> |
| 3.3. TESTES DE HIPÓTESES, MODELOS ECONOMÉTRICOS E<br>TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO ..... | 30        |
| <b>3.3.1. Teste de comparação de médias.....</b>                                 | <b>30</b> |
| <b>3.3.2. Modelos de regressão e técnicas de estimação .....</b>                 | <b>31</b> |
| <b>4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>                       | <b>33</b> |
| <b>5. CONCLUSÃO .....</b>  | <b>48</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>51</b> |

## Capítulo 1

### 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, ao longo dos últimos anos, evidenciaram-se elevados índices de pobreza e desigualdade social, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990, impulsionados pelas crises econômicas das respectivas décadas (Barros, 2001; Hoffmann, 1995; Rocha, 2006). Tal realidade foi mantida nas décadas de 2000 e 2010, e se sustenta até a atual década (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021). A forma que não apenas o Brasil, mas o mundo encara tais problemas sociais, levaram a uma maior frequência do debate sobre o tema nas últimas décadas (Alesina & Rodrik, 1994; Blau, 2018; Carvalho & Souza, 2021; Deaton, 2016; Jha et al., 2001; Kuznets, 1955; Rocha, 2006; Sen, 1976; Veleda Santana et al., 2023).

Apesar de ser um tema bastante recorrente no debate político e econômico brasileiro, foi a partir da estabilização e do controle inflacionário, por meio do Plano Real, que a redução da desigualdade e da pobreza definitivamente ganharam centralidade (Barros, 2001; Carvalho & Souza, 2021; Hoffmann, 1995; Rocha, 2006). No entanto não houve definições de políticas públicas para uma tentativa concreta de mitigação do problema até então, mesmo havendo consenso sobre sua importância (Marcelino & Cunha, 2024; Rocha, 2006; Tabosa et al., 2024; Teixeira, 2020).

Para a mitigação da pobreza, são necessários investimentos via orçamento público, que para Costa e Gartner (2017), possui três funções econômicas. Primeiro, a função distributiva, que busca promover a distribuição

equitativa de renda e fornecer bens e serviços a populações carentes ou empobrecidas; segundo, a alocativa, que objetiva realizar ajustes na alocação de recursos; e terceiro, a estabilizadora, que visa a estabilização da economia, o que mostra o orçamento enquanto técnica de combate a problemas sociais como pobreza e desigualdade. Ou seja, por meio de vias contábeis como o orçamento, cria-se um elo entre a base econômica e a prática contábil pública (Hoffman, 2006; Musgrave, 1974; Musgrave, 1996; Musgrave & Musgrave, 1980; Nascimento, 2023; Rocha, 2006; Sacramento & Raupp, 2023).

Atendendo à função distributiva e à demanda por políticas públicas que reduzissem os níveis de pobreza, e conseqüentemente a desigualdade do país, a Emenda Constitucional nº 31 de 14 de dezembro de 2000 criou a obrigatoriedade dos estados e municípios instituírem e manterem Fundos de Combate à Pobreza (Melo, 2005; Santos, 2018).

A Emenda Constitucional nº 31, de 2000, estabelece como objetivo dos fundos, viabilizar o acesso de todos os brasileiros a níveis dignos de subsistência, por meio da aplicação de recursos em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social que promovam a melhoria da qualidade de vida.

Na ótica estadual e distrital, a fim de assegurar o financiamento do fundo em questão, seria possível instituir um acréscimo de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou de impostos substitutivos incidentes sobre bens e serviços considerados supérfluos. Para os municípios, sugere-se a criação de um adicional de até meio

ponto percentual na alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) ou de tributos alternativos (Art. 82, § 1º e § 2º, Emenda Constitucional nº 31, 2000).

A literatura tem se encarregado de responder se gastos públicos, em especial, gastos sociais, como fundos de combate à pobreza, de fato tratam de problemas sociais como a desigualdade e a pobreza (Castro, 2014; Filgueiras, 2010; Foguel et al., 2016; Kakwani et al., 2010; Korpi & Palme, 1998; Muniz, 2010; Silva et al., 2019; Teixeira, 2008). A literatura também tem demonstrado que gastos públicos diminuem a desigualdade e a pobreza, por serem aplicados em áreas sensíveis à sua redução, como educação e saúde (Holzner, 2010; Jha et al., 2001; Kerstenetzky, 2023; Lindert, 1996; Perrotti, 1992; Pitombeira & Oliveira, 2020; Sylwester, 2002).

Já outros autores argumentam que a relação entre gastos públicos e desigualdade existe, porém é menos sentida pela população pobre de países mais desiguais, em comparação com o mesmo estrato em países mais igualitários (Milanovic, 2000; Santos, 2021; Teixeira, 2023). Argumento também utilizado por Bergh e Fink (2008) para demonstrar que os gastos com educação (superior, especificamente) não diminuem a pobreza e a desigualdade.

Especificamente para o Brasil e para os fundos de combate à pobreza, os resultados encontrados apontam para uma redução da pobreza entre as UFs adotantes, uma vez que tais recursos fomentam ações em diversas áreas, como saúde e educação, que notadamente exercem impacto sobre a pobreza (Filgueiras, 2010; Silva et al., 2021; Teixeira, 2008). Contrapondo-se a esses resultados, Santos e Bueno (2018) expõem que o fundo se mostra ineficaz para o cumprimento do objetivo ao qual se propõe, ocasionando até um possível agravamento das situações de pobreza e desigualdade. De acordo com os

autores isso ocorre por ser um imposto regressivo (ICMS), incidindo de maneira mais significativa sobre as famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica.

Embora diversas pesquisas com o intuito de mensurar o impacto do fundo de pobreza no Brasil tenham sido realizadas (Filgueiras, 2010; Santos & Bueno, 2018; Silva et al., 2019), nenhuma delas leva em conta que há um certo tempo entre a execução de uma política e a efetivação de seus resultados na economia, estabelecendo assim, uma lacuna de pesquisa. Não se observa imediatismo nas relações de dependência entre políticas públicas e respostas econômicas (Santos et al., 2017; Sylwester, 2002). Frequentemente, indicadores econômicos como pobreza, desigualdade, desemprego, PIB e bem-estar social respondem a uma política pública, porém com lapsos temporais, uma vez que dependem do público, firmas e investidores sentirem tal impacto (Santos et al., 2017; Sylwester, 2002).

Diante do exposto, alguns questionamentos cabíveis são se o fundo de combate à pobreza no Brasil é capaz de reduzir de fato o problema da pobreza em seus estados e, se sim, quanto tempo leva para que isso de fato ocorra. Assim, a pesquisa tem como objetivo verificar o efeito do fundo de combate à pobreza no nível de pobreza dos estados brasileiros, trazendo debate quanto ao tempo que tal política leva para surtir o efeito desejado.

Para serem alcançados os resultados, foram estimados modelos econométricos que têm a Pobreza e a Pobreza Extrema como variáveis dependentes, e o fundo estadual de combate e erradicação da pobreza como variável independente. Os modelos foram estimados usando regressão quantílica, utilizando-se a correção da variância dos erros pelo estimador de

White. Adicionalmente, os modelos foram controlados por efeito fixo de ano e unidade federativa.

Para a pobreza, os resultados da pesquisa demonstraram que há uma defasagem de três anos para que os efeitos do fundo cheguem ao seu máximo. Já para a pobreza extrema, os resultados revelam que há um impacto positivo em sua redução, e logo de imediato. Impacto esse que diminui gradativamente com o passar dos anos. Esse resultado demonstra uma tendência à superação da linha de pobreza extrema com investimentos intensivos executados de forma contínua.

A contribuição teórica da pesquisa está em inserir na literatura sobre o tema, o debate quanto ao tempo que os fundos de fato levam para afetar a pobreza e pobreza extrema, ou seja, acrescentar o estudo da defasagem nas análises de políticas públicas voltadas à redução de tais variáveis. Além disso, ajudar a entender a contradição da literatura a respeito do tema.

Já a contribuição prática reside na empregabilidade dos resultados na elaboração de políticas públicas mais eficazes, por responder o tempo que elas levam para afetar de fato os níveis de pobreza e pobreza extrema. Assim, a pesquisa leva informações quanto ao tempo necessário para que a política se torne efetiva.

## Capítulo 2

### 2. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1. POBREZA

A preocupação em se conceituar e de se medir pobreza, curiosamente, não surgiu nos países subdesenvolvidos, que estão mais sujeitos às suas consequências, e sim, nos países desenvolvidos (Carvalho & Souza, 2021; Rocha, 2006). Por conta de toda a euforia dos políticos no pós-guerra, cientistas sociais alertaram para os cuidados que deveriam ser dispensados às camadas menos favorecidas da sociedade, porém tais alertas apenas abordavam temas como a Pobreza Relativa: a carência de produtos e/ou serviços de determinado grupo em relação a outro; deixando de lado a Pobreza Absoluta: questões de natureza nutricional e de sobrevivência física (Carvalho & Souza, 2021; Creamer et al., 2022; Evans et al., 2024; Rocha, 2006).

Rowntree (1901), com seu trabalho realizado na cidade de York, Inglaterra, é o responsável pelo pioneirismo no uso da chamada linha de pobreza. Em seu estudo seminal, buscou estabelecer a adoção do conceito de um valor padrão de renda para se obter uma cesta mínima de produtos adequada ao atendimento das necessidades básicas nutricionais familiares, ou seja, uma linha de pobreza caracterizada como absoluta (Rocha, 2006).

Entretanto, Rowntree (1901) não se limita a apenas um dos aspectos da pobreza. Seus estudos posteriores abrangem também exemplos de pobreza relativa, que considera cestas que adicionam produtos condizentes às necessidades da época, levando em consideração a modernização e o progresso nas condições sociais dos ingleses (Rocha, 2006).

Acrescentando ao debate sobre o tema, Hagedaars e Vos (1988) propõem que todas as definições de pobreza podem ser enquadradas em uma das três categorias a seguir: pobreza absoluta, que é ter menos do que um mínimo objetivamente definido; pobreza relativa, que é ter menos do que outros na sociedade; pobreza subjetiva, que é sentir que não se tem o suficiente para sobreviver.

Normalmente, convencionou-se aplicar a renda como critério para definição de pobreza. Algo relativamente compreensível, já que é a moeda o determinante de riqueza nas economias modernas. Porém, o que se deseja obter com este apontamento é simplesmente a diferenciação entre o pobre que tem pouca ou nenhuma renda (pobreza relativa), do pobre que não consegue atender suas necessidades básicas nutricionais, vinculadas ao mínimo vital (pobreza absoluta) (Carvalho & Souza, 2021; Hagedaars & Vos, 1988).

A literatura aponta que não há um consenso a respeito de uma definição universal de certa dieta que possa ser considerada padrão para toda e qualquer região, uma vez que tal tópico pode variar de acordo com, por exemplo, as características físicas da população estudada (Castro & Coimbra, 1985; Hoffmann, 1995; Jesus et al., 2024). Um exemplo disso, pode ser verificado na medição dos quesitos: “altura por idade” e “peso por altura” em crianças, realizada por sistemas de saúde, que funcionam como indicadores do nível nutricional de uma determinada região (Carvalho & Souza, 2021; Hagedaars & Vos, 1988).

Esse tipo de abordagem, ligada a questões envolvendo adequação energético-proteica e sobrevivência física (pobreza absoluta), tem sido comumente preterida, já que, como foi visto anteriormente, os estudos sobre

pobreza se desenvolveram basicamente em países desenvolvidos, com problemas de países desenvolvidos. Em outras palavras, sem a preocupação com o atendimento às necessidades básicas de alimentação, já que nesses casos, o problema da pobreza absoluta é praticamente inócuo (Hagenaars & Vos, 1988).

Vários critérios são utilizados atualmente para se estabelecer a relação entre os que são e os que não são pobres ou até mais que isso, extremamente pobres (termo anteriormente chamado de “indigentes”). Dentre eles, se destacam dois em especial: as linhas de pobreza e de pobreza extrema (PNUD, 2020). Atualmente, os valores referentes aos limites máximos de tais linhas são, respectivamente US\$ 5,50 por dia e US\$ 1,90 por dia (PNUD, 2020).

Os conceitos dessas linhas se referem ao estabelecimento de um valor monetário suficiente para o atendimento das necessidades básicas de um indivíduo. Quando se fala estritamente em atender às necessidades nutricionais, está se tratando do valor denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema (Hagenaars & Vos, 1988). Já quando se fala no atendimento a um conjunto maior de necessidades, está se referindo à linha de pobreza (Hagenaars & Vos, 1988).

Mundialmente, a extrema pobreza volta a ser pauta sendo um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), termo assinado por 189 países em setembro de 2000 (tendo 2015 como meta), sendo renovado em 2010. Tal compromisso abrange práticas sustentáveis para que o desenvolvimento seja acelerado em direção ao progresso, porém respeitando os objetivos acordados no tratado (Costa & Gartner 2017).

Além dos já citados, também há o conceito de Pobreza Multidimensional, que introduz uma perspectiva que busca uma relação de causa e efeito no problema da pobreza. Tem origem nos estudos de Sen (1976), que trata justamente de outras questões, além da financeira, para caracterizar tal fenômeno, uma vez que as pessoas podem sofrer com outros tipos de privações, como as de saúde, educação e habitação, por exemplo (Carvalho & Souza, 2021; Codes, 2008; Jiang et al., 2023; Villeda Santana et al., 2023; Zhou & Liu, 2022).

Alguns fatores têm sido apontados pela literatura, apresentada a seguir, como determinantes para o nível de pobreza das regiões. Para Ramos (1999), um desses fatores é a taxa de desemprego. O autor destaca a relevância da renda familiar per capita e seus efeitos no alcance do pleno emprego e na ocorrência de situações de pobreza, além de esclarecer que a falta de emprego e baixa renda podem levar a condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Outro fator debatido tem sido o capital humano, que tem sido revelado pelo nível de educação, e conseqüentemente por métricas como taxa de analfabetismo. Estudos enfatizam a relevância do capital humano para o crescimento econômico e a redução da pobreza. Uma boa e acessível educação permite que a fatia mais pobre da população supere a pobreza e melhore sua posição no mercado de trabalho (Berning et al., 2024; Ehrenberg & Smith, 2000; Hofmarcher, 2021; Reis & Barros, 1990; Rocha, 2006; Schultz, 1974; Searle et al., 2023; Serneels & Dercon, 2021).

A literatura tem ainda abordado a taxa de crescimento econômico como determinante para o nível de pobreza (Barros & Mendonça, 1997; Barros et al., 2007; Bourguignon, 2004). Para esses autores, essa relação se dá de duas

maneiras possíveis: primeiro, aumentando o número de empregos disponíveis, e segundo, elevando os salários reais dos trabalhadores.

Ainda se destaca a desigualdade como determinante da pobreza, que tem sido visto, por vezes, como termos indissociáveis dentro da literatura (Barros et al., 2001; Blau, 2018; Deaton, 2017; Hoffmann, 1998; Sen, 1976). A desigualdade pode ter efeitos distintos no desenvolvimento, conforme apontado por Sen (1976). Há divergências sobre o foco da desigualdade e seu impacto, incluindo a igualdade de renda e sua relação com objetivos sociais (Chancel et al., 2023; Deaton, 2017; Lakner et al., 2022; Rinaldi & Milanovic, 2022; Ullah et al., 2021).

Estudos mostram que a desigualdade de renda tem um impacto maior na pobreza do que a variação da renda, reduzindo a eficácia do crescimento econômico nesse aspecto (Aguilar & Lima, 2005; Barros et al., 2001; Hoffmann, 2005; Marinho & Soares, 2003). Além disso, a distribuição de renda exerce um papel mais efetivo na redução da pobreza, devido ao benefício desproporcional do crescimento econômico para os mais ricos (Annegues et al., 2015; Cerra et al., 2021; Ferreira et al., 2023; Marrero & Servén, 2022; Wan et al., 2021).

## 2.2. FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Na área de finanças públicas, o termo “fundo” diz respeito aos recursos direcionados ao desenvolvimento de setores em específico; nesse caso, encaixam-se os fundos de incentivos fiscais e as aplicações incentivadas nas áreas da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), no caso brasileiro (Sandroni, 1999). O marco inicial dos fundos específicos para combate da

pobreza no Brasil se dá através da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, que cria em esfera federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e acrescenta à Constituição Federal, os Art. 79, 80, 81, 82 e 83. Em especial, deve-se destacar o Art. 82, que dispõe sobre tais fundos em nível estadual.

Um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza é um mecanismo financeiro utilizado por governos para combater a pobreza e a desigualdade social. Ele é composto por recursos financeiros provenientes de orçamentos governamentais, doações internacionais e outras fontes, e é destinado a projetos e programas sociais que visam a reduzir a pobreza e a exclusão social (Santos & Bueno, 2018).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 79, estabelece que um Fundo Nacional de Assistência Social deve ser instituído para financiar ações e serviços públicos de assistência social em todo o país. Além disso, muitos estados e municípios brasileiros também possuem seus próprios fundos de combate à pobreza (Santos & Bueno, 2018).

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania [MDH] (2023), responsável pelas políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social no país, os recursos dos fundos de combate à pobreza podem ser utilizados para diversas finalidades, tais como transferência de renda para famílias em situação de pobreza, investimentos em educação, saúde, habitação, segurança alimentar, entre outras áreas.

No contexto da proteção social em países em desenvolvimento ao redor do mundo, é essencial considerar a diversidade e os contextos nacionais específicos (Barrientos & Hulme, 2009). Na América Latina, a proteção social é

historicamente focada nos trabalhadores formais, deixando a maioria da população desamparada, até recentemente (Barrientos & Hulme, 2009). No Sul da Ásia, há uma combinação de programas subfinanciados e mal implementados. No Sudeste e no Leste Asiático, países de alta renda fortalecem as instituições de seguro social, enquanto os de baixa renda dependem mais da assistência social. Na África Subsaariana, a evolução da proteção social é desafiadora, com dependência de ajuda alimentar e programas humanitários (Barrientos & Hulme, 2009).

Em geral, países em desenvolvimento fortalecem instituições e programas de assistência social para abordar a vulnerabilidade dos mais pobres, seguindo trajetórias distintas baseadas em suas instituições, desenvolvimento econômico e características socioeconômicas (Barrientos & Hulme, 2009; Yurchyk, 2023).

Voltando ao caso brasileiro, na figura 1 a seguir são apresentados os estados brasileiros e suas respectivas alíquotas, juntamente com as legislações estaduais atualizadas correspondentes:

| <b>UF</b>       | <b>Alíquota</b>   | <b>Legislação</b>                            | <b>Vigência</b>           |
|-----------------|---|--|---------------------------|
| <b>Acre</b>     | Alíquota máxima de 2.00%  | Decreto nº 3.912, de 30 de dezembro de 2015  | Vigência a partir de 2016 |
| <b>Alagoas</b>  | 3 alíquotas possíveis com valores fixos em 1.00% e 2.00%        | Lei nº 7742 de 09/10/2015                    | Vigência a partir de 2005 |
| <b>Amapá</b>    | Não possui FCP  |  |                           |
| <b>Amazonas</b> | 3 alíquotas possíveis com valores fixos em 1.60%, 1.90% e 2.00% | Lei n. 4.454, de 31 de março de 2017         | Vigência a partir de 2018 |
| <b>Bahia</b>    | Alíquota única de 2.00%   | Lei nº 16970 de 19/08/2016                   | Vigência a partir de 2004 |
| <b>Ceará</b>    | Alíquota única de 2.00%   | Decreto nº 31.860, de 29 de dezembro de 2015 | Vigência a partir de 2003 |

|                            |  |  |                           |
|----------------------------|--|--|---------------------------|
| <b>Distrito Federal</b>    | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei nº 5569 de 18/12/2015                    | Vigência a partir de 2008 |
| <b>Espírito Santo</b>      | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei 10.379, de 16/06/2015                    | Vigência a partir de 2005 |
| <b>Goiás</b>               | Alíquota máxima de 2.00%                                 | Decreto nº 5832 (2003)                       | Vigência a partir de 2003 |
| <b>Maranhão</b>            | Alíquota única de 2.00%                                  | LEI nº 10.329, de 30.09.2015                 | Vigência a partir de 2005 |
| <b>Mato Grosso</b>         | Alíquota única de 2.00%                                  | LEI 10.337, de 16.11.2015                    | Vigência a partir de 2003 |
| <b>Mato Grosso do Sul</b>  | Alíquota única de 2.00%                                  | LEI nº 4.751, de 05.11.2015                  | Vigência a partir de 2007 |
| <b>Minas Gerais</b>        | Alíquota única de 2.00%                                  | Decreto nº 46.927, de 29 de dezembro de 2015 | Vigência a partir de 2012 |
| <b>Pará</b>                | Não possui FCP   |  |                           |
| <b>Paraíba</b>             | Alíquota única de 2.00%                                  | Decreto nº 36209 de 30/09/2015               | Vigência a partir de 2005 |
| <b>Paraná</b>              | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei nº 18573 de 30/09/2015                   | Vigência a partir de 2015 |
| <b>Pernambuco</b>          | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei nº 15599 de 30/09/2015                   | Vigência a partir de 2003 |
| <b>Piauí</b>               | 3 alíquotas possíveis com valores fixos em 1.00% e 2.00% | Lei nº 6.745, de 23 de dezembro de 2015      | Vigência a partir de 2006 |
| <b>Rio de Janeiro</b>      | Alíquota máxima de 4.00%                                 | Lei complementar 61/2015                     | Vigência a partir de 2003 |
| <b>Rio Grande do Norte</b> | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei nº 9991 de 29/10/2015                    | Vigência a partir de 2004 |
| <b>Rio Grande do Sul</b>   | Alíquota única de 2.00%                                  | LEI nº 14.742, de 24.09.2015                 | Vigência a partir de 2015 |
| <b>Rondônia</b>            | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei complementar nº 842 de 27/11/2015        | Vigência a partir de 2016 |
| <b>Roraima</b>             | Não possui FCP   |  |                           |
| <b>Santa Catarina</b>      | Não possui FCP   |  |                           |
| <b>São Paulo</b>           | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei nº 16006 de 24/11/2015                   | Vigência a partir de 2016 |
| <b>Sergipe</b>             | Alíquota única de 2.00%                                  | Decreto nº 30118 de 20/11/2015               | Vigência a partir de 2003 |
| <b>Tocantins</b>           | Alíquota única de 2.00%                                  | Lei nº 3019 de 30/09/2015                    | Vigência a partir de 2016 |

Figura 1: Unidades federativas adotantes do fundo estadual de combate à pobreza

Fonte: Sites dos Governos Estaduais e Santos e Bueno (2018)

Autores distintos examinaram se os gastos públicos, incluindo fundos de combate à pobreza, tratam efetivamente da desigualdade e da pobreza. Parte da literatura (Holzner, 2010; Jha et al., 2001; Lindert, 1996; Perrotti et al., 1992; Sylwester, 2002) encontrou redução da pobreza e desigualdade atrelado a fundos de combate à pobreza. Por outro lado, trabalhos como os de Milanovic

(2000), bem como Bergh e Fink (2008), mostram que essas medidas não interferem na redução da pobreza.

A contradição também se evidencia no Brasil. Parte da literatura (Filgueiras, 2010; Silva et al., 2021; Teixeira, 2008) encontrou uma redução da pobreza e desigualdade. No entanto, Santos e Bueno (2018) concluem que o fundo é ineficaz na redução de tais quesitos.

### 2.3. SENSIBILIDADE A CHOQUES DE RENDA

Mesmo em casos de crescimento econômico bem-sucedido, fica claro que nem todos os membros de uma determinada sociedade necessariamente se beneficiarão de taxas adequadas de expansão do produto (Rocha, 2006). Isso se torna mais evidente em regiões com altos níveis de desigualdade de renda. Desde a década de 1950, a região Nordeste tem recebido importantes ações de políticas públicas, como resultado do fracasso da região em reduzir a pobreza da mesma forma que as regiões mais desenvolvidas, mesmo em períodos de rápido crescimento econômico nacional (Araújo et al., 2012; Monteiro Neto, 1997).

Nos períodos posteriores ao censo de 1960, surgiram vários estudos que examinaram questões relacionadas à pobreza, crescimento econômico e desigualdade de renda, tanto nacionalmente, quanto regionalmente (Ferreira & Litchfield, 2000; Fishlow, 1972; Hoffmann & Duarte, 1972). Apesar dos resultados positivos alcançados por inúmeras iniciativas voltadas à redução da pobreza na região, os autores ainda identificaram altos índices de pobreza e disparidade de renda (Araújo et al., 2012).

Fato esse que implica o conceito de crescimento redistributivo, que em seu sentido mais básico é um processo pelo qual a renda da população aumenta à medida que a desigualdade diminui, com o crescimento ocorrendo mais rapidamente nos níveis de distribuição mais baixos do que nos mais altos (Kerstenetzky, 2016).

Kraay (2004) realiza uma análise de decomposição da variação da pobreza e um de seus componentes potenciais de crescimento a favor dos pobres é o aumento da sensibilidade ao crescimento da renda média. Ele conclui que, a curto prazo, aproximadamente 70% da variação da pobreza é explicada pelo crescimento da renda média, enquanto que a longo prazo, esse impacto representa aproximadamente 97%.

No Brasil, estudos estimaram as elasticidades-renda da pobreza e sua distribuição desigual (Annegues et al., 2015; Araújo et al., 2012; Barros et al., 2001; Hoffmann, 2005; Souza et al., 2021). Em comparação com países com renda per capita similar, os autores constataram que a incidência da pobreza e a concentração de renda são maiores no Brasil e chegaram à conclusão de que a desigualdade de renda reduz o efeito do crescimento econômico na diminuição da pobreza.

Somado a isso, os resultados da análise realizada por Araújo et al. (2013) ratificaram consideráveis heterogeneidades entre os estados brasileiros, abordando a dinâmica de aumento da pobreza em resposta ao crescimento econômico e políticas públicas. Os autores expõem que algumas UFs (unidades federativas) apresentaram uma relação mais acentuada entre o crescimento da renda e o aumento da incidência da pobreza, ao passo que outras demonstraram uma relação menos expressiva.

Dessa forma, espera-se que em estados com maiores índices de pobreza, o fundo de combate à pobreza seja mais importante para correções de tais questões sociais. Assim, a primeira hipótese de pesquisa foi elaborada como abaixo:

H1: Estados mais pobres têm seus níveis de pobreza mais sensíveis ao fundo de combate à pobreza.

## 2.4. HORIZONTE DE INTERFERÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A competência do Estado está dividida em três funções típicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora (Costa & Gartner, 2017; Musgrave, 1974; Musgrave, 1996; Musgrave & Musgrave, 1980). A partir dessa classificação, esses aspectos são compreendidos da seguinte maneira: a função alocativa (foco do presente estudo) abrange os gastos destinados à saúde e à educação; a função distributiva engloba programas de transferência de renda direta e impostos progressivos; enquanto que a função estabilizadora diz respeito ao controle da inflação e estímulo ao emprego (Costa & Gartner, 2017; Musgrave, 1974; Musgrave, 1996; Musgrave & Musgrave, 1980).

A análise do papel dos gastos governamentais no crescimento econômico também fornece ideias relevantes para compreender os impactos das políticas de combate à pobreza. A complexidade das relações entre *déficits* fiscais, investimentos públicos e indicadores macroeconômicos destaca a necessidade de uma abordagem abrangente na análise dos efeitos das intervenções governamentais sobre a pobreza (Silva et al., 2020).

A literatura sobre avaliação de políticas públicas enfatiza a importância de considerar o tempo necessário para que os efeitos das intervenções se manifestem

(Castelló-Climent & Doménech, 2021; Chu & Hoang, 2020; Sylwester, 2002). A eficácia das políticas está estreitamente ligada à relação entre os resultados que efetivamente são alcançados e os objetivos originalmente propostos. Isso ressalta a necessidade de uma análise metódica do intervalo de tempo entre a implementação das políticas e os efeitos percebidos na população-alvo (Sylwester, 2002).

Nesse sentido, a avaliação de impacto surge como um exemplo de ferramenta para esclarecer os efeitos das políticas públicas, abrangendo também aquelas direcionadas à mitigação da pobreza, realizando uma análise do descompasso temporal entre a implementação das políticas e a materialização dos seus impactos sobre aqueles que são diretamente afetados por elas (Tribunal de Contas da União [TCU], 2020).

Além disso, a técnica de orçamento-programa também desempenha um papel fundamental na avaliação da realização das políticas públicas, revelando o descompasso entre o planejado e o realizado. Essa análise sugere que, embora os fundos de combate à pobreza possam ter impacto nos indicadores de pobreza nos estados brasileiros, esse impacto provavelmente não será imediato (Santos et al., 2017).

Assim, espera-se que os fundos de combate à pobreza sejam capazes de mitigar problemas de pobreza e pobreza extrema, no entanto, esse efeito pode não ser percebido de forma imediata. Assim, formula-se a segunda hipótese de pesquisa:

H2: O fundo de combate à pobreza exerce impacto sobre a pobreza dos estados brasileiros, porém ele não é instantâneo.

## Capítulo 3

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. BASE DE DADOS, AMOSTRA E TRATAMENTOS

Este estudo busca verificar se o fundo de combate à pobreza afeta o nível de pobreza nos estados brasileiros. Ainda foi avaliado o tempo necessário para que o efeito aconteça. Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa e descritiva, com dados organizados como um painel desbalanceado entre os anos de 2003 e 2018. O início e o fim da amostra se justificam pela limitação dos dados disponíveis. Em especial, a não utilização dos últimos anos também está atrelada à crise associada à pandemia de COVID-19, que acabou por afetar potencialmente as relações estudadas (Neves et al., 2021).

A amostra utilizada consiste em dados secundários relacionados aos estados brasileiros quanto à população em situação de pobreza, pobreza extrema, índice de Gini (medida de desigualdade), taxa de desemprego, crescimento econômico (PIB) e taxa de analfabetismo, bem como informações sobre os recursos alocados no fundo e sua implementação.

Os dados foram coletados em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Cadastro Único, por meio do sistema VIS DATA 3 beta do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponíveis na base do IPEADATA.

Após a coleta, os dados foram sujeitos à técnica de winsorização, a um percentual de 1% nos extremos de todas as variáveis não binárias, a fim de mitigar possíveis distorções causadas *outliers*.

## 3.2. VARIÁVEIS

### 3.2.1. Variáveis dependentes

Neste estudo, duas foram as variáveis dependentes examinadas, variáveis essas utilizadas por trabalhos como os de Carvalho e Souza (2021) e Rocha (2006):

- $pob_{it}$ : Representa o percentual da população do estado  $i$  no ano  $t$ , que está abaixo da linha da pobreza. Ou seja, o percentual da população que está abaixo do critério mínimo determinado pelo PNUD (2020) de US\$5,50 por dia, para se enquadrar na linha da pobreza.
- $pobext_{it}$ : Representa o percentual da população do estado  $i$  no ano  $t$ , que está abaixo da linha da pobreza extrema. Ou seja, o percentual da população que está abaixo do critério mínimo determinado pelo PNUD (2020) de US\$1,90 por dia, para se enquadrar na linha da pobreza extrema.

### 3.2.2. Variável independente de interesse

No presente estudo, empregou-se como variável independente:

- $fundo_{it}$ : Representa uma variável *dummy* que assume valor 1 se na data  $t$ , o estado  $i$  faz uso do fundo de combate à pobreza do respectivo ente federativo em análise, e 0 para denotar a ausência de utilização do

mencionado fundo. O propósito dessa abordagem consistiu em identificar os efeitos de sua utilização nas taxas de Pobreza e Pobreza Extrema. A literatura (Filgueiras, 2010; Santos & Bueno, 2018; Silva et al., 2021; Teixeira, 2008) tem encontrado contradições quanto ao efeito do fundo na pobreza dos estados.

### 3.2.3. Variáveis independentes de controle

Com o intuito de mitigar possíveis vieses na pesquisa, decorrentes da omissão de variáveis relevantes, foram empregadas algumas variáveis de controle, conforme descrito a seguir:

- $desemp_{it}$ : Representa a taxa de desemprego do estado  $i$  na data  $t$  e é calculado como o Percentual de desempregados na população acima de 14 anos. No estudo conduzido por Ramos (1999), destaca-se a relevância da renda familiar per capita e seus efeitos no alcance do pleno emprego e na ocorrência de situações de pobreza. O autor enfatiza a conexão intrínseca entre desemprego e carência, revelando que a falta de emprego e baixa renda podem levar a condições de vulnerabilidade socioeconômica.
- $analf_{it}$ : Representa a taxa de analfabetismo do estado  $i$  na data  $t$ , que é medido como o percentual de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler, nem escrever. A literatura tem enfatizado a relevância do capital humano para a redução da pobreza e para o crescimento econômico. O acesso à educação de qualidade permite que os mais pobres superem as questões sociais e melhorem sua posição no mercado de trabalho (Berning et al., 2024; Ehrenberg & Smith, 2000; Hofmarcher,

2021; Reis & Barros, 1990; Rocha, 2006; Schultz, 1974; Searle et al., 2023; Serneels & Dercon, 2021).

- $gini_{it}$ : Representa o índice gini, que captura o nível de desigualdade social do estado  $i$  na data  $t$ . Estudos conduzidos por Barros e Mendonça (1997) e Barros et al. (2007), com base em dados da PNAD de 1993, revelam que a redução da pobreza em uma população depende do crescimento econômico ou da diminuição da concentração de renda.
- $cpib_{it}$ : Representa a taxa de crescimento econômico do estado  $i$  na data  $t$ , capturada pela variação percentual do PIB real per capita. A literatura (Barros & Mendonça, 1997; Barros et al., 2007; Bourguignon, 2004) tem exposto que a relação entre crescimento econômico e pobreza opera por meio de duas vias: primeiro, aumentando o número de empregos disponíveis, e segundo, elevando os salários reais dos trabalhadores.

A figura 2 traz as variáveis da pesquisa, bem como suas definições e referências:

| Variáveis                         | Tipo       | Descrição  | Fonte (literatura)                      | Fonte (dados)       |
|-----------------------------------|------------|--|---|---------------------|
| Pobreza ( $pob_{it}$ )            | Dependente | Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza         | Carvalho e Souza (2021)<br>Rocha (2006) | IBGE SIS e IPEADATA |
| Pobreza Extrema ( $pobext_{it}$ ) | Dependente | Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza | Carvalho e Souza (2021)<br>Rocha (2006) | IBGE SIS e IPEADATA |

|                                   |              |   |  |                              |
|-----------------------------------|--------------|---|--|------------------------------|
| Fundo<br>( $fundo_{it}$ )         | Independente | Dummy com valor (1) para os entes que possuem o fundo e (0) caso contrário                  | Filgueiras (2010)<br>Teixeira (2008)<br>Silva et al., (2021)<br>Santos e Bueno (2018)  | Sites dos Governos Estaduais |
| Desemprego<br>( $desemp_{it}$ )   | Controle     | Percentual de desempregados na população acima de 14 anos                                   | Ramos (1999)   | PNAD e IBGE                  |
| Desigualdade<br>( $gini_{it}$ )   | Controle     | Índice de Gini: medidor de desigualdade na população, variando gradativamente e entre 0 e 1 | Barros e Mendonça (1997)<br>Barros et al. (2007)   | IBGE                         |
| Analfabetismo<br>( $analf_{it}$ ) | Controle     | Percentual de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler, nem escrever                    | Berning et al. (2024)<br>Hofmarcher (2021)<br>Reis e Barros (1990)<br>Rocha (2006)<br>Schultz (1974)<br>Ehrenberg e Smith (2000)<br>Searle et al. (2023)<br>Serneels e Dercon (2021) | IBGE e IPEADATA              |
| PIB<br>( $cpib$ )                 | Controle     | Crescimento percentual do PIB   | Barros e Mendonça (1997); Barros et al. (2007); Bourguignon (2004).  | IBGE                         |

Figura 2: Variáveis do estudo  
Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.3. TESTES DE HIPÓTESES, MODELOS ECONOMETRÍCOS E TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO

#### 3.3.1. Teste de comparação de médias

Com o intuito de atingir os objetivos delineados nesta pesquisa, ou seja, para que seja possível evidenciar se os fundos de combate à pobreza interferem na redução de pobreza e pobreza extrema dos estados que o adotam, o primeiro passo consistiu na realização de testes de comparação de médias, destinados a duas populações distintas.

Nestes testes, efetuou-se a comparação das médias das taxas de pobreza e pobreza extrema para os estados que adotam o fundo em relação àquelas que não o incorporam. Adicionalmente, o mesmo teste foi executado para comparar as demais variáveis do estudo entre os estados que adotam e os que não adotam o fundo. Todos os testes foram precedidos de testes de comparação de variâncias.

### 3.3.2. Modelos de regressão e técnicas de estimação

Para atingir os propósitos desta pesquisa, foram empregados modelos econométricos de regressão quantílica. Utilizou-se a correção da variância dos erros por meio do estimador de White. Além disso, os modelos foram controlados por efeito fixo de ano e unidade federativa. Assim, os modelos abaixo foram estimados com a amostra completa e depois levando em conta o nível de pobreza e de pobreza extrema do estado estudado, de forma que a amostra foi segmentada em decis:

$$pob_{it+k} = \beta_0 + \beta_1 fundo_{it} + \sum_j \beta_j controle_{jit} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$pobext_{it+k} = \beta_0 + \beta_1 fundo_{it} + \sum_j \beta_j controle_{jit} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Nesses modelos a variável dependente está avaliada na data  $t+k$ , enquanto a independente está na data  $t$ . O valor de  $k$  variou de 0 a 11, sendo o critério estabelecido da seguinte forma:

- (1)  $K$  precisa garantir que o primeiro efeito ocorreu;
- (2)  $K$  precisa garantir que o efeito encontrado deixou de existir.

Essa forma de determinar o valor de  $k$  garante que é possível estabelecer o tempo necessário para que o fundo traga o efeito para a pobreza do estado e que se possa avaliar por quanto tempo o efeito perdura nas questões sociais estudadas.

A utilização da regressão quantílica, por sua vez, permite que para cada nível de pobreza e pobreza extrema se avalie o efeito do fundo de combate na pobreza dos estados estudados. Nos modelos, espera-se que o coeficiente  $\beta_1$  seja estatisticamente negativo, indicando que de fato a adoção do fundo traga uma redução da pobreza. No entanto, também se espera que o coeficiente  $\beta_1$  fique cada vez menor à medida que se aumente o nível de pobreza (maiores decis), o que levaria a validação da primeira hipótese da pesquisa.

Ainda se espera que para  $k$  igual a zero, o efeito do fundo não exista, mas que ele apareça em períodos subsequentes, indicando que o efeito não é instantâneo. Esse resultado corroboraria com a validade da hipótese H2.

## Capítulo 4

### 4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo principal deste estudo foi investigar a relação entre a pobreza e a existência do fundo de combate à pobreza, além de investigar o tempo necessário para que o efeito aconteça. A amostra utilizada compreendeu 390 observações, e os resultados da estatística descritiva estão apresentados na Tabela 1.

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

| <i>Variáveis</i>           | <i>Obs.</i> | <i>Média</i> | <i>DP</i> | <i>Mínimo</i> | <i>1° Quartil</i> | <i>Mediana</i> | <i>3° Quartil</i> | <i>Máximo</i> | <i>CV (%)</i> |
|----------------------------|-------------|--------------|-----------|---------------|-------------------|----------------|-------------------|---------------|---------------|
| <i>pob<sub>it</sub></i>    | 390         | 29,81        | 15,48     | 1,406         | 15,79             | 31,54          | 43,09             | 60,03         | 51,91         |
| <i>pobext<sub>it</sub></i> | 390         | 9,805        | 7,147     | 1,197         | 3,716             | 8,490          | 13,48             | 30,85         | 72,88         |
| <i>fundo<sub>it</sub></i>  | 390         | 0,566        | 0,496     | 0,000         | 0,000             | 1,000          | 1,000             | 1,000         | 87,66         |
| <i>desemp<sub>it</sub></i> | 390         | 8,621        | 2,909     | 3,400         | 6,504             | 8,200          | 10,33             | 16,86         | 33,74         |
| <i>gini<sub>it</sub></i>   | 390         | 0,768        | 0,052     | 0,660         | 0,731             | 0,773          | 0,795             | 0,904         | 6,77          |
| <i>analf<sub>it</sub></i>  | 390         | 11,68        | 6,441     | 2,600         | 6,377             | 9,808          | 16,73             | 28,39         | 55,05         |
| <i>cpib<sub>it</sub></i>   | 390         | 0,099        | 0,056     | -0,103        | 0,059             | 0,099          | 0,134             | 0,293         | 56,57         |

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: A tabela apresenta algumas das principais estatísticas descritivas (total de observações, média, desvio-padrão, mínimo, 1º quartil, mediana, 3º quartil, máximo e coeficiente de variação, respectivamente) das principais variáveis do estudo, que são: *pob* (Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza), *pobext* (Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza), *fundo* (*dummy* que assume valor 1 para os entes adotantes do fundo e 0 para os que não possuem), *desemp* (Percentual de desempregados na população acima de 14 anos), *gini* (Índice de Gini: medidor de desigualdade na população, variando gradativamente entre 0 e 1), *analf* (Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler, nem escrever) e *cpib* (Crescimento percentual do PIB).

Os dados expostos na Tabela 1 revelam alta variabilidade na taxa média de pobreza entre as Unidades Federativas (UFs), que apresenta uma média de cerca de 29,82% e um coeficiente de variação de quase 52%. Essa ampla variação reflete as notáveis disparidades regionais previamente discutidas na literatura (Barros et al., 2001; Furtado, 2020) e realça a complexidade da pobreza no Brasil, que varia substancialmente de uma UF para outra, fruto de sua formação histórica.

Esses resultados (Tabela 1) também se refletem na variável que mede a pobreza extrema, haja vista que apesar de uma média menor, nota-se uma maior variabilidade, pois o coeficiente de variação dessa métrica ultrapassa os 70%. Esse resultado corrobora a ideia de que há uma relação intrínseca entre a pobreza e a desigualdade, uma vez que há uma alta discrepância quanto ao percentual de pessoas nos estados que estão abaixo da linha da pobreza extrema (Barros et al., 2001; Blau, 2018; Deaton, 2017; Hoffmann, 1998; Sen, 1976).

Quanto ao fundo de combate, nota-se que pouco mais da metade das observações se trata de estados que nas datas avaliadas aderiam ao fundo. É importante ressaltar que os estados adotam em datas diferentes, de forma que em alguns períodos um estado não entra nesse percentual, mas sim em outro período. Isso mostra que a implementação dessa política não é uniforme entre as UFs. Essa diferença na adoção do fundo entre as UFs está em conformidade com a literatura que enfatiza a diversidade na aplicação de políticas de combate à pobreza em nível regional (Costa & Gartner, 2017).

A tabela 2 traz os resultados referentes aos testes de comparação de médias das variáveis do estudo, entre os estados, em datas que já haviam adotado o fundo e em datas que não o haviam adotado.

**TABELA 2: TESTES DE DIFERENÇAS DE MÉDIAS**

| Variáveis                         | UFs com fundo |       |       | UFs sem fundo |       |       | Diferença de médias com fundo – sem fundo |
|-----------------------------------|---------------|-------|-------|---------------|-------|-------|---|
|                                   | Obs.          | Média | DP    | Obs.          | Média | DP    |   |
| <b><i>pob<sub>it</sub></i></b>    | 221           | 32,79 | 14,39 | 169           | 25,91 | 16,02 | 6,878***                                  |
| <b><i>pobext<sub>it</sub></i></b> | 221           | 10,14 | 7,127 | 169           | 9,357 | 7,169 | 0,790                                     |
| <b><i>desemp<sub>it</sub></i></b> | 221           | 9,210 | 2,797 | 169           | 7,851 | 2,880 | 1,359***                                  |
| <b><i>gini<sub>it</sub></i></b>   | 221           | 0,768 | 0,043 | 169           | 0,768 | 0,062 | -0,001                                    |
| <b><i>analf<sub>it</sub></i></b>  | 221           | 13,30 | 6,554 | 169           | 9,556 | 5,637 | 3,752***                                  |
| <b><i>cpib<sub>it</sub></i></b>   | 221           | 0,094 | 0,058 | 169           | 0,107 | 0,051 | -0,013                                    |

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: A tabela mostra os resultados dos testes de comparação de médias entre estados adotantes e não adotantes do fundo (ou os que adotaram antes de adotar). Diferenças marcadas com um asterisco (\*) são estatisticamente significativas com 10% de significância, diferenças marcadas com dois asteriscos (\*\*) são estatisticamente significativas com 5% de significância e diferenças marcadas com três asteriscos (\*\*\*) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

Os resultados sugerem que nas UFs que adotam o fundo, a taxa média de pobreza é consideravelmente mais alta, em torno de 32,80%, em comparação com as UFs que não o adotam, onde a média é de aproximadamente 25,92%. Isso sugere uma associação entre níveis mais elevados de pobreza e a adoção do fundo. Apesar de aparentemente contraditório, esse resultado pode ser um indicativo que os estados que mais fazem o aporte do fundo são aqueles que tem maiores dificuldades sociais e maior parcela da população abaixo da linha da pobreza, o que se associa à expectativa de eficácia da política, conforme discutido anteriormente na literatura (Divino & Da Silva Jr., 2012).

Quanto à pobreza extrema, as diferenças entre os grupos não são estatisticamente significativas, indicando que a adoção do Fundo de Combate e erradicação da Pobreza não está vinculada à pobreza extrema da mesma data. Essa constatação é consistente com as descobertas anteriores, que sugeriram que o impacto do fundo na pobreza pode variar ao longo do tempo e entre diferentes estratos de renda (Barros et al., 2001).

Os dois resultados podem estar atrelados à ideia de que a política pública, inclusive a da aplicação do fundo de combate à pobreza, pode não ter efeitos instantâneos na economia e em parâmetros socioeconômicos, haja vista que é necessário tempo hábil para que os agentes econômicos reajam aos incentivos que a política pública pode trazer (Santos et al., 2017).

Em relação à desigualdade de renda, representada pelo índice Gini, não se evidencia uma diferença estatisticamente significativa entre os estados com

e sem fundo. Essa constatação sugere que a presença do fundo pode não estar influenciando de forma direta na equidade de distribuição de renda entre os estados analisados, pelo menos não de forma imediata, corroborando Barros et al. (2001) e novamente esclarecendo a ideia de que a política pública pode ter efeitos retardados na economia (Santos et al., 2017).

Entretanto, um aspecto positivo associado à implementação do fundo é observado no acesso à educação, representado pela taxa de analfabetismo. Os estados que adotaram o fundo apresentam uma taxa média de analfabetismo consideravelmente menor em comparação com os estados que não implementaram tal medida. Isso sugere que o fundo pode estar desempenhando um papel eficaz na promoção da educação e na redução do analfabetismo, o que pode ter implicações positivas para o desenvolvimento humano e econômico dessas regiões (Schultz, 1974). Outra possível explicação é que decisões mais assertivas, como a implementação de fundos, são adotadas em estados com maiores níveis de escolaridade.

Por fim, em relação ao Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita), não se observa uma diferença estatisticamente significativa entre os estados com e sem fundo. Isso sugere que a presença do fundo pode não estar diretamente associada ao desempenho econômico desses estados, conforme evidenciado pela similaridade nas médias do PIB per capita (Bourguignon, 2004).

A Tabela 3 apresenta os resultados da análise descritiva das correlações de Pearson entre as variáveis do estudo.

TABELA 3: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

|                            | <i>pob<sub>it</sub></i> | <i>pobext<sub>it</sub></i> | <i>fundo<sub>it</sub></i> | <i>desemp<sub>it</sub></i> | <i>gini<sub>it</sub></i> | <i>analf<sub>it</sub></i> | <i>cpib<sub>it</sub></i> |
|----------------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| <i>pob<sub>it</sub></i>    | 1                       |                            |                           |                            |                          |                           |                          |
| <i>pobext<sub>it</sub></i> | 0,866***                | 1                          |                           |                            |                          |                           |                          |
| <i>fundo<sub>it</sub></i>  | 0,220***                | 0,054                      | 1                         |                            |                          |                           |                          |
| <i>desemp<sub>it</sub></i> | 0,250***                | 0,173***                   | 0,231***                  | 1                          |                          |                           |                          |
| <i>gini<sub>it</sub></i>   | -0,073                  | -0,090*                    | -0,007                    | 0,239***                   | 1                        |                           |                          |
| <i>analf<sub>it</sub></i>  | 0,829***                | 0,835***                   | 0,289***                  | 0,015                      | -0,216***                | 1                         |                          |
| <i>cpib<sub>it</sub></i>   | 0,108**                 | 0,177***                   | -0,115**                  | -0,279***                  | -0,038                   | 0,201***                  | 1                        |

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: Os valores apresentados representam as correlações de Pearson entre as variáveis do estudo, que são: *pob* (Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza), *pobext* (Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza), *fundo* (*dummy* que assume valor 1 para os entes adotantes do fundo e 0 para os que não possuem), *desemp* (Percentual de desempregados na população acima de 14 anos), *gini* (Índice de Gini: medidor de desigualdade na população, variando gradativamente entre 0 e 1), *analf* (Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler, nem escrever), *cpib* (Crescimento percentual do PIB). As correlações marcadas com um asterisco (\*) são estatisticamente significativas com 10% de significância, as correlações marcadas com dois asteriscos (\*\*) são estatisticamente significativas com 5% de significância e as correlações marcadas com três asteriscos (\*\*\*) são estatisticamente significativas com 1% significado.

Os resultados indicam que a variável independente *fundo* apresenta correlações positivas tanto com a variável *pobreza* quanto com *pobext*, sugerindo uma associação positiva entre a implementação do fundo e níveis mais elevados de pobreza, embora esse impacto seja mais atenuado quando se trata de extrema pobreza. Essas conclusões estão em sintonia com as discussões sobre o papel das políticas públicas no combate à pobreza, conforme amplamente discutido na literatura, enfatizando que a eficácia dessas políticas pode variar dependendo dos diferentes níveis de renda (Barros et al., 2001).

Ademais, a variável *desemp* exibe correlações positivas tanto com *pob* quanto com *pobext*, indicando que áreas com taxas de desemprego mais elevadas tendem a apresentar níveis mais altos de pobreza. Isso reforça a ideia de que o desemprego é um determinante importante da pobreza, devido à maior dificuldade em se obter rendas (Adenike, 2021; Akhmad et al., 2022; Dahliah & Nur, 2021; Danson et al., 2021; Kerstenetzky, 2016).

Por outro lado, a variável de desigualdade, *gini* apresenta correlações negativas com *pob* e *pobext*, sendo estatisticamente significativo apenas com a pobreza extrema. Esse resultado indica que em áreas caracterizadas por maior desigualdade de renda, a proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza tende a ser menor. Esses resultados estão em conformidade com as teorias previamente discutidas, que destacam a relação direta entre desigualdade de renda e pobreza (Annegues et al., 2015).

A métrica educacional, *analf*, por sua vez, demonstra correlações estatisticamente positivas com ambas as medidas de pobreza, apontando que regiões com maiores taxas de analfabetismo geralmente apresentam níveis mais elevados de pobreza. Essas constatações corroboram a importância da educação na redução da pobreza, conforme discutido na literatura (Schultz, 1974).

Apesar das correlações existentes entre as variáveis independentes, não foi detectada a presença de multicolinearidade severa, conforme avaliado pelo Valor de Inflação da Variância (VIF), que apresentou valores inferiores a 5 para todos os modelos estimados. A Tabela 4 apresenta os resultados da análise de regressão:



Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: A tabela apresenta os resultados das estimações dos modelos de regressão para avaliar o impacto do fundo de combate à pobreza sobre a pobreza e a pobreza extrema na data  $t+k$ , respectivamente, nos Painéis A e B. As variáveis utilizadas são: *pob* (Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza), *pobext* (Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza), *fundo* (*dummy* que assume valor 1 para os entes adotantes do fundo e 0 para os que não possuem), *desemp* (Percentual de desempregados na população acima de 14 anos), *gini* (Índice de Gini: medidor de desigualdade na população, variando gradativamente entre 0 e 1), *analf* (Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler, nem escrever), *cpiB* (Crescimento percentual do PIB). Coeficientes marcados com um asterisco (\*) são estatisticamente significativos a 10% de significância, coeficientes marcados com dois asteriscos (\*\*) são estatisticamente significativos a 5% de significância e coeficientes marcados com três asteriscos (\*\*\*) são estatisticamente significativos a 1% de significância.

Os resultados evidenciados no Painel A, apontam para coeficientes negativos para o fundo, no entanto, esse resultado só se mostra estatisticamente significativo quando a pobreza é avaliada uma data à frente em relação ao fundo. Esse resultado sugere que o fundo pode trazer efeitos na pobreza dos estados, no entanto, esse efeito não ocorre de maneira instantânea. Esse resultado está em conformidade com a ideia de que a política pública pode não ter efeitos instantâneos na economia e em parâmetros socioeconômicos, haja vista que é necessário tempo hábil para que os agentes econômicos reajam aos incentivos que a política pública pode trazer (Santos et al., 2017).

Note, no entanto, que os coeficientes encontrados são negativos, o que sugere que a adesão ao fundo de combate está associada a uma diminuição na pobreza nos estados, corroborando os achados de Kraay (2004), de que, a curto prazo, maior parte da variação da pobreza é explicada pelo crescimento da renda média. Apesar desse efeito aparecer uma data a frente, ele deixa de ser significativo depois de 5 anos. Esse resultado está em conformidade com a literatura que debate a necessidade de políticas públicas executadas de forma contínua (Holzner, 2010; Jha et al., 2001; Lindert, 1996; Perrotti, 1992; Sylwester, 2002).

Ainda no painel A, é possível perceber que o efeito do fundo sobre a pobreza alcança seu valor máximo em 03 anos, o que revela o tempo necessário para que as intervenções dos fundos atinjam seu pleno impacto na redução da pobreza. O achado novamente vai ao encontro da literatura que afirma que os fundos podem ajudar a mitigar questões sociais (Sylwester, 2002), mas que a política pública deve ser executada vislumbrando o longo prazo (Santos et al., 2017).

No Painel B, a análise do efeito do fundo sobre a pobreza extrema reflete padrões um pouco diferentes dos encontrados na pobreza. Os coeficientes são estatisticamente significativos a partir da data inicial. Note que todas as datas estudadas apresentam coeficientes estatisticamente negativos, mostrando que a adesão ao fundo reduz a pobreza extrema nos estados, conforme destacado por Barros et al. (2001).

Este efeito é mais evidente no primeiro período (mesmo ano de implementação do fundo), o que sugere que as intervenções têm um impacto imediato na redução da pobreza extrema, o que está alinhado, mais uma vez, aos achados de Kraay (2004), que debatem quanto à efetividade da política pública, a depender da necessidade da região estudada.

Conjuntamente, esses resultados evidenciam que a adoção do fundo de combate à pobreza pode trazer reduções dos problemas sociais atrelados à pobreza, mas que não necessariamente esse efeito será instantâneo, a não ser nas camadas de maior vulnerabilidade. Esse resultado está em conformidade com a segunda hipótese da pesquisa, H2, que afirma que o efeito existe, mas não se dá na mesma data da implementação do fundo.

Os coeficientes negativos do fundo indicam que estados que recebem mais recursos tendem a ter menores níveis de pobreza e pobreza extrema, de acordo com o abordado por Kerstenetzky (2016) e Barros et al. (2001). No entanto, é importante notar que o impacto do fundo não é instantâneo e varia ao longo do tempo, conforme discutido por Sylwester (2002).

Quanto aos controles, a variável *desemp* apresenta uma relação significativa com a pobreza e a pobreza extrema, conforme indicado por seus

coeficientes estatisticamente positivos nos Painéis A e B. Dessa forma, O aumento nas taxas de desemprego está estatisticamente associado a um aumento tanto na pobreza quanto na pobreza extrema. O que é contemplado por Ramos (1999), quando destaca a importância da renda familiar per capita na compreensão da pobreza.

A desigualdade, medida pela variável *gini*, demonstra uma relação significativa com os níveis de pobreza e pobreza extrema, e está em conformidade com a literatura (Barros & Mendonça, 1997; Barros et al., 2007). A análise histórica evidencia a persistência da desigualdade no contexto brasileiro, influenciada por fatores como concentração de terra e políticas econômicas desiguais (Furtado, 2020). Para além disso, outras pesquisas enfatizam que a redução da desigualdade de renda exerce um papel mais determinante na diminuição da pobreza do que crescimento econômico, por exemplo (Hoffmann, 2005; Marinho & Soares, 2003).

Quando avaliada a variável *analf*, que mede o nível de analfabetismo no estado, nota-se uma relação estatisticamente positiva com a pobreza e pobreza extrema. Schultz (1974) destaca a influência positiva do acesso à educação de qualidade na redução da pobreza, elevando produtividade e salários. O modelo de crescimento econômico ressalta o investimento crucial em capital humano, especialmente por meio da educação formal, como catalisador na superação das barreiras da pobreza.

A tabela 4 expõe os resultados das estimações dos modelos de regressão linear quantílica, aplicada nos diferentes decis da variável de pobreza e pobreza extrema. Essa análise permite obter uma visão mais detalhada de seus impactos e é relevante para avaliar se o fundo produz resultados diferenciados em estratos

específicos da população, em conformidade com a discussão sobre a alocação eficaz de recursos públicos em áreas como saúde e educação, conforme destacado por Musgrave e Musgrave (1980).

TABELA 5: ANÁLISE DE REGRESSÃO QUANTÍLICA POR DECIL DE POBREZA

| Painel A: Análise quantílica para pobreza |            |            |            |            |            |            |            |           |           |           |           |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Percentil                                 | $k = 0$    | $k = 1$    | $k = 2$    | $k = 3$    | $k = 4$    | $k = 5$    | $k = 6$    | $k = 7$   | $k = 8$   | $k = 9$   | $k = 10$  |
| 10  | 11,093     | 10,151     | 10,913     | 10,630     | 10,096     | 10,954     | 11,371     | 13,283    | 10,945    | 10,652    | 11,672    |
| 20  | 5,5426     | 4,3451     | 7,3143     | 10,087     | 9,4048     | 9,5813     | 13,055     | 14,320    | 14,427    | 12,902    | 12,938    |
| 30  | -6,3431    | -6,3344    | -6,2216    | -4,6894**  | -0,5517*   | 7,3072     | 10,863     | 12,046    | 12,739    | 11,565    | 11,346    |
| 40  | -8,0780    | -7,9944*   | -7,0909**  | -5,3481**  | -3,3985**  | -2,0195*   | -0,1328    | 2,3383    | 0,7871    | 1,0033    | 2,4240    |
| 50  | -9,7653    | -9,5133**  | -8,1186*** | -5,8602**  | -4,4069**  | -2,7455**  | -1,4804**  | -1,6482** | -1,6142*  | -1,6100   | -1,4083   |
| 60  | -10,186    | -9,5410**  | -8,7684**  | -7,2254**  | -4,6828**  | -3,0562*** | -2,7239*** | -3,3337** | -2,9287   | -2,7447   | -2,5437   |
| 70  | -12,394    | -12,258**  | -11,224*** | -9,6070*** | -7,7480*** | -5,2331**  | -4,9027**  | -5,7875** | -5,0764** | -4,4466   | -4,1227   |
| 80  | -12,914*** | -12,792**  | -12,219*** | -11,618*** | -9,5461**  | -9,4279**  | -9,5103**  | -8,1485** | -8,2100*  | -7,2692*  | -7,4822*  |
| 90  | -15,704*** | -15,460*** | -14,071*** | -13,989**  | -11,467**  | -8,9939**  | -9,8061*   | -10,516** | -10,634** | -12,468** | -9,8828** |

  

| Painel B: Análise quantílica para pobreza extrema |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Percentil   | $k = 0$    | $k = 1$    | $k = 2$    | $k = 3$    | $k = 4$    | $k = 5$    | $k = 6$    | $k = 7$    | $k = 8$    | $k = 9$    | $k = 10$   |
| 10  | -4,0430    | -3,6017    | -2,5607**  | -1,7020**  | -1,5346**  | -1,1032*** | -1,0577*** | -1,1097    | -0,9937    | -1,1986    | -0,9816    |
| 20  | -4,7722    | -4,8344    | -3,5456*** | -2,7740**  | -2,4099*** | -1,8475    | -1,4871    | -1,6061    | -1,5477    | -1,4099    | -1,7388    |
| 30  | -5,2019    | -4,5347*** | -4,3533*** | -3,4854**  | -2,6995**  | -2,1304**  | -2,0188    | -2,1500*   | -2,2719    | -2,2142    | -2,4966    |
| 40  | -5,2539*   | -4,9974*** | -4,2430*** | -3,5239*** | -3,0513*   | -2,4044*   | -2,3094**  | -2,4230**  | -2,5361*** | -2,4854    | -2,8852    |
| 50  | -5,0816*   | -4,8928*** | -4,3657*** | -4,0087*** | -3,2808*   | -2,5742*   | -2,2986*** | -2,3456**  | -2,7158*** | -2,5238**  | -3,0831    |
| 60  | -5,0486*** | -4,9197*** | -4,3741*** | -3,7556*** | -3,2843*** | -2,8845*** | -2,5968*** | -2,9432*** | -3,2140*** | -3,0026*** | -3,4403*** |
| 70  | -5,1263*** | -4,9008*** | -4,3519*** | -4,2729*** | -3,7256*** | -3,3331*** | -3,5278*** | -3,7970*** | -3,8082*** | -3,6967*** | -3,7698*** |
| 80  | -4,9755*** | -4,9527*** | -4,7413*** | -4,1593*** | -3,8884*** | -3,5046*** | -3,7746*** | -4,2320*** | -4,2412*** | -3,9847*** | -4,3388*** |
| 90  | -5,4751*** | -4,2779*** | -4,2726*** | -3,9449*** | -3,2646*** | -3,3101*** | -3,3208*** | -3,8654*** | -3,6865*** | -3,7015*** | -4,0337*** |

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: A tabela apresenta uma análise quantílica para pobreza e pobreza extrema, considerando diferentes percentis das métricas de pobreza (do primeiro ao nono decil). O efeito é avaliado na data  $t+k$  e os coeficientes expostos revelam o efeito da adesão ao fundo na pobreza e na pobreza extrema nas respectivas datas. O painel A apresenta os resultados das estimações para a pobreza, enquanto o painel B traz os resultados das estimações sobre a pobreza extrema. Coeficientes marcados com um asterisco (\*) são estatisticamente significativos a 10% de significância, coeficientes marcados com dois asteriscos (\*\*) são estatisticamente significativos a 5% de significância e coeficientes marcados com três asteriscos (\*\*\*) são estatisticamente significativos a 1% de significância.

Os resultados expostos no painel A sugerem que relações estatisticamente significativas, especificamente negativas, só começam a aparecer a partir do percentil 30 de pobreza. Ou seja, pode-se dizer que para os estados que se apresentam entre os 20% menos pobres, o fundo de combate à pobreza não traz efeitos estatisticamente significativos para tal questão social.

No entanto, à medida que se converge para amostras de maiores percentis de pobreza, nota-se um maior volume de coeficientes estatisticamente significativos ao longo das datas, o que traz a ideia de que quando um estado se encontra entre os de maiores índices de pobreza, o fundo traz um efeito mais expressivo sobre a pobreza, efeito esse que sempre se mostra estatisticamente negativo.

Em especial, é possível notar que à medida que se converge para os maiores percentis (90 e 80), o efeito da adesão ao fundo passa a ser significativo para explicar o nível de pobreza em todas as datas, inclusive no próprio ano de adesão ao fundo. Esse resultado pode ser explicado pela maior necessidade que essas regiões possuem em relação às políticas de erradicação da pobreza, uma vez que são mais dependentes de tais artifícios (Kerstenetzky, 2016). Esses achados ainda se justificam pela alta diversidade no Brasil quanto a níveis de renda observado entre regiões (Barros et al., 2001; Furtado, 2020)

No Painel B, que analisa a relação entre o fundo e a pobreza extrema, é possível notar que agora os coeficientes passam a se mostrar significativos desde o primeiro decil, o que novamente vai ao encontro da ideia de que a pobreza passa a ser mais grave e de que as políticas voltadas ao combate podem ser mais adequadas nesses cenários (Kerstenetzky, 2016). No entanto,

para os menores percentis, é possível visualizar que o efeito só passa a existir após dois anos de aplicação do fundo, mostrando que quando há uma menor carência da população, a política não terá efeitos instantâneos, assim como exposto pela literatura (Santos et al., 2017).

Diferentemente da análise feita para a pobreza, os efeitos instantâneos da adesão ao fundo na pobreza extrema aparecem a partir do percentil 40. Esse resultado mostra que os estados não precisam estar entre os mais comprometidos pela pobreza extrema para que o efeito do fundo seja percebido no mesmo ano da adesão do fundo, levando à ideia de que o fundo tem potencial de mitigar problemas sociais atrelados à pobreza extrema de forma mais intensiva do que a pobreza. Esse achado está novamente em conformidade com o debate quanto aos diferentes efeitos das políticas públicas, a depender da necessidade observada na região (Kerstenetzky, 2016).

Esses achados trazem a validação da primeira hipótese de pesquisa, H1, que afirma que o fundo tem maior efeito em estados com maiores índices de pobreza. Tudo isso indica que áreas com maior vulnerabilidade social estão mais sujeitas a perceberem mudanças sociais quando políticas de combate à pobreza são implementadas.

Os resultados aqui expostos, então, são capazes de levar à reflexão quanto à necessidade de se trazer políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza. No entanto, também se esclarece que não devem ser esperados efeitos imediatos e nem similares entre regiões. Esses efeitos dependem diretamente da continuidade da política, bem como da necessidade da região.

## Capítulo 5

### 5. CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi verificar se a adesão ao fundo de combate à pobreza no Brasil afeta o nível de pobreza dos estados brasileiros. Ainda teve como objetivo, avaliar o tempo necessário para que tal efeito seja percebido. Foram executadas análises que respondem quanto ao tempo e à necessidade da política pública.

Os resultados da pesquisa sugerem que o fundo de combate à pobreza no Brasil possui influência na redução da pobreza e da pobreza extrema, embora essa influência varie ao longo do tempo e possa afetar grupos específicos de forma diversificada, enfatizando a importância de uma perspectiva de longo prazo na formulação e avaliação de políticas com essa finalidade. Essas conclusões também estão em sintonia com a natureza das políticas públicas, que frequentemente operam em um horizonte temporal mais amplo.

Ainda é percebido que estados com maior vulnerabilidade social, em média, são mais afetados pela adesão ao fundo. Esse resultado pode ser explicado pelo conceito de crescimento redistributivo, que mostra como o crescimento ocorre mais rapidamente nos níveis mais baixos de distribuição, realizando ainda uma análise do descompasso temporal entre a implementação dessa política pública e a materialização dos seus impactos sobre aqueles que são diretamente afetados por ela.

O estudo ainda sugere que há, para o caso da pobreza, um intervalo de 03 anos entre o início das ações financiadas pelo fundo e seus níveis máximos de atuação para a mitigação do problema. Apesar de seus resultados já serem

sentidos imediatamente após sua implementação. Além disso, demonstra que as camadas extremamente pobres dos estados usuários do fundo são as mais sensíveis às suas ações, uma vez que a pobreza extrema apresenta sua redução máxima já de imediato.

A contribuição teórica da pesquisa está em inserir na literatura já escrita sobre o tema, o debate quanto ao tempo que os fundos de fato levam para afetar a pobreza, além de esclarecer que devem ser esperados resultados diferentes em estados com necessidades diferentes. Essa contribuição permite expor possíveis motivações já encontradas quanto à efetividade do fundo.

Já a contribuição prática reside na empregabilidade dos resultados na elaboração de políticas públicas mais eficazes, por responder o tempo que elas levam para afetar de fato o bem-estar social. Analisando a possibilidade de alocação de mais ou menos recursos ao fundo estudado, ou mesmo sua manutenção ou extinção, de acordo com a necessidade apontada pelos resultados. Os efeitos dessas intervenções provavelmente serão observados em um período que transcende o imediatismo, exigindo uma análise cuidadosa das dinâmicas temporais envolvidas por parte dos tomadores de decisão.

O estudo apresenta limitações temporais e geográficas na coleta de dados e ao apresentar apenas um recorte brasileiro de uma questão tão ampla e complexa como a pobreza. No entanto, a maior limitação encontra-se na baixa transparência, tanto na escolha das ações, quanto na execução das despesas financiadas pelo fundo, ocasionando uma carência fundamental para um melhor entendimento dos seus reais efeitos em relação ao cumprimento de seus objetivos.

Como sugestões para pesquisas futuras, apresentam-se as possibilidades de agregação de estudos sobre análise tributária, assim como do percentual do orçamento gasto com saúde, educação e infraestrutura e suas interferências sobre a pobreza. Além disso, mostram-se oportunos mais estudos sobre defasagem de políticas específicas para os diferentes estratos sociais, assim como sobre uma melhor alocação de recursos e sua real efetividade, com ênfase na descoberta de melhorias para o gasto público.

Sugere-se ainda, a atualização e ampliação do banco de dados utilizado, incorporando novas variáveis, como por exemplo: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de períodos mais recentes — assim que forem disponibilizados com um contingente maior — a fim de que permitam uma análise comparativa entre os períodos pré e pós-pandemia, este último ainda limitado a um pequeno universo de observações. Tal estudo possibilitaria avaliar de forma mais abrangente o impacto do fundo de combate à pobreza em situações de crises sociais (econômicas, climáticas, etc.), oferecendo subsídios a possíveis adaptações das políticas públicas ao enfrentamento dessas questões.

## REFERÊNCIAS

- Adenike, E. T. (2021). Poverty, unemployment and insecurity challenges in Nigeria. *Tanzanian Economic Review*, 11(1).
- Aguiar, C. O., & Lima, F. S. (2005). Impacto do crescimento, da concentração da renda e das transferências intergovernamentais sobre a pobreza nos municípios brasileiros. In *Anais do 9º Encontro Regional de Economia*, Fortaleza. Fortaleza: ANPEC.
- Akhmad, A., Amir, A., Saleh, S., & Abidin, Z. (2022). Effectiveness of Regional Government Expenditure in Reducing Unemployment and Poverty Rate. *European Journal of Development Studies*, 2(4), 90-99.
- Alesina, A., & Rodrik, D. (1994). Distributive politics and economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 109(2), 465-490.
- Annegues, A. C., Souza, W. P. S. de F., Figueiredo, E., & Lima, F. S. de. (2015). Elasticidade da pobreza: aplicação de uma nova abordagem empírica para o Brasil.
- Araújo, J. A. de., Tabosa, F. J. S., & Khan, A. S. (2012). Elasticidade-renda e elasticidade-desigualdade da pobreza no Nordeste brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, 21(1), 50-59.
- Araújo, J. M. de., Alves, J. do A., & Besarria, C. da N. (2013). O impacto dos gastos sociais sobre os indicadores de desigualdade e pobreza nos estados brasileiros no período de 2004 a 2009. *Revista de Economia Contemporânea*, 17, 249-275.
- Banerjee, A. V., Duflo, E., & Kremer, M. (2016). The influence of randomized controlled trials on development economics research and on development policy. *The State of Economics, The State of the World*.
- Barrientos, A., & Hulme, D. (2009). Social protection for the poor and poorest in developing countries: reflections on a quiet revolution: commentary. *Oxford development studies*, 37(4), 439-456.
- Barros, R. P. de., & Mendonça, R. S. P. D. (1997). O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza.
- Barros, R. P. de., Henriques, R., & Mendonça, R. S. P. D. (2001). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.
- Barros, R. P., de Carvalho, M., & Franco, S. (2007). O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, 2, 41-86.

- Bergh, A., & Fink, G. (2008). Higher education policy, enrollment, and income inequality. *Social Science Quarterly*, 89(1), 217-235.
- Berning, J., Bonanno, A., & Cleary, R. (2024). Disparities in food insecurity among Black and White households: An analysis by age cohort, poverty, education, and home ownership. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 46(1), 234-254.
- Blau, B. M. (2018). Income inequality, poverty, and the liquidity of stock markets. *Journal of Development Economics*, 130, 113-126.
- Bourguignon, F. (2002). The growth elasticity of poverty reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods. In T. Eicher & S. Turnovsky (Eds.), *Inequality and growth: theory and policy implications* (pp. 3-26). Cambridge: The MIT Press.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Artigos 79-83. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. (2000). Emenda constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc31.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc31.htm)
- Carvalho, A. R. de., & Souza, L. R. de. (2021). A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*, 41(2), 402-425. <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3142>
- Castelló-Climent, A., & Doménech, R. (2021). Human capital and income inequality revisited. *Education Economics*, 29(2), 194-212.
- Castro, C. D. M., & Coimbra, M. (1985). O problema alimentar no Brasil. In *O problema alimentar no Brasil* (pp. 213-213).
- Castro, J. A. (2014). Políticas públicas e desenvolvimento. *Avaliação de políticas públicas*, 1.
- Cerra, V., Lama, R., & Loayza, N. V. (2021). Links between growth, inequality, and poverty. *International Monetary Fund*, 68, 1-54.
- Chancel, L., Cogneau, D., Gethin, A., Myczkowski, A., & Robilliard, A. S. (2023). Income inequality in Africa, 1990–2019: Measurement, patterns, determinants. *World Development*, 163, 106162.
- Chu, L. K., & Hoang, D. P. (2020). How does economic complexity influence income inequality? New evidence from international data. *Economic Analysis and Policy*, 68, 44-57.
- Codes, A. L. M. (2008). A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em Direção a Uma Visão Complexa (No. 1332).

- Costa, G. P. C. L. da, & Gartner, I. R. (2017). O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 264-293.
- Creamer, J., Shrider, E. A., Burns, K., & Chen, F. (2022). Poverty in the United States: 2021. US Census Bureau.
- Dahliah, D., & Nur, A. N. (2021). The influence of unemployment, human development index and gross domestic product on poverty level. *Golden Ratio of Social Science and Education*, 1(2), 95-108.
- Danson, M., Galloway, L., & Sherif, M. (2021). From unemployment to self-employment: Can enterprise policy intensify the risks of poverty? *Critical Perspectives on Accounting*, 75, 102164.
- Deaton, A. (2016). Measuring and understanding behavior, welfare, and poverty. *American Economic Review*, 106(6), 1221-1243.
- Divino, J. A., & Silva Junior, R. L. S. D. (2012). Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros. *Revista Economia*, 13(3), 507-528.
- Ehrenberg, R. G., & Smith, R. S. (2000). *A moderna economia do trabalho: teoria e política pública*. Makron Books.
- Evans, R. W., Maguet, Z. P., Stratford, G. M., Biggs, A. M., Goates, M. C., Novilla, M. L. B., ... & Barnes, M. D. (2024). Investigating the Poverty-Reducing Effects of SNAP on Non-nutritional Family Outcomes: A Scoping Review. *Maternal and Child Health Journal*, 1-32.
- Ferreira, F. H., & Litchfield, J. A. (2000). Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil: 1981/95. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, IPEA.
- Ferreira, I. A., Salvucci, V., & Tarp, F. (2023). Poverty, inequality, and growth: trends, policies, and controversies. In *Handbook of Labor, Human Resources and Population Economics* (pp. 1-45). Cham: Springer International Publishing.
- Filgueiras, M. A. S. L. (2010). Um estudo sobre o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP para o fortalecimento do patrimônio individual das famílias de baixa renda do Estado do Ceará. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Fishlow, A. (1972). Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 2(6), 7-75.
- Foguel, M., Brito, A., & Kerstenetzky, C. (2016). Minimum Wage Valorization Policy and the Decline in Income Inequality in Brazil between 1995 and

2014: a decomposition approach. Texto para Discussão, 115. Furtado, C. (2020). Formação econômica do Brasil. Companhia das Letras.

- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. Amgh Editora.
- Hagenaars, A., & VOS, K. de (1988). The definition and measurement of poverty. *The Journal of Human Resources*, 23(2), 211-221.
- Hoffmann, R. (1995). Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos avançados*, 9(24), 159-172.
- Hoffmann, R. (1998). Distribuição de renda. Medidas de Desigualdade e Pobreza, Editora da Universidade de São Paulo.
- Hoffmann, R. (2005). Elasticidade da Pobreza em Relação à Renda Média e à Desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. *Revista Economia*.
- Hoffman, R. (2006). Transferência de renda e a redução da desigualdade e da pobreza. *Revista Parcerias estratégicas*.
- Hoffmann, R., & Duarte, J. C. (1972). A distribuição da renda no Brasil. *Revista de administração de empresas*, 12, 46-66.
- Hofmarcher, T. (2021). The effect of education on poverty: A European perspective. *Economics of Education Review*, 83, 102124.
- Holzner, M. (2010). Inequality, growth and public spending in Central, East and Southeast Europe (No. 71). WIIW Working Paper.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2020. <https://www.ibge.gov.br>
- Ipeadata - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado em 15 janeiro, 2020, de [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)
- Jesus, J. G. D., Hoffmann, R., & Miranda, S. H. G. D. (2024). Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(4), e281936.
- Jha, R., Biswal, B., & Biswal, U. D. (2001). An Empirical Analysis of the Impact of Public Expenditures on Education and Health on Poverty status in India' (No. 998). working Paper.
- Jiang, Y., Wang, H. H., & Jin, S. (2023). Mobilising the public to fight poverty using anti-poverty labels in online food markets: Evidence from a real experimental auction. *Journal of Agricultural Economics*, 74(1), 168-190.
- Kakwani, N., Neri, M. C., & Son, H. H. (2010). Linkages between pro-poor growth, social programs and labor market: the recent Brazilian experience. *World Development*, 38(6), 881-894.

- Kerstenetzky, C. L. (2016). Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, 36, 29-45.
- Kerstenetzky, C. L. (2023). Investimento público em serviços sociais como componente central de uma agenda de desenvolvimento. *Revista do Serviço Público*, 74(1), 64-86.
- Korpi, W., & Palme, J. (1998). The paradox of redistribution and strategies of equality: Welfare state institutions, inequality, and poverty in the Western countries. *American sociological review*, 661-687.
- Kraay, A. (2004). When is growth pro-poor?: cross-country evidence (Vol. 3225). World Bank Publications.
- Kuznets, S. (1955). International differences in capital formation and financing. In *Capital formation and economic growth* (pp. 19-111). Princeton University Press.
- Lakner, C., Mahler, D. G., Negre, M., & Prydz, E. B. (2022). How much does reducing inequality matter for global poverty? *The Journal of Economic Inequality*, 20(3), 559-585.
- Lindert, P. H. (1996). What limits social spending? *Explorations in Economic History*, 33(1), 1-34.
- Lopez, J. H., & Seven, L. (2004). The mechanics of growth-poverty-inequality relationship. Mimeo. The World Bank.
- Marcelino, G. C., & Cunha, M. S. D. (2023). Pobreza multidimensional no Brasil: evidências para as áreas rurais e urbanas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62, e266430.
- Mariano, J. L., & Lima, R. C. (1998). A DESIGUALDADE DA RENDA RURAL NO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA DESAGREGAÇÃO DO COEFICIENTE DE GÍNI E DA SENSIBILIDADE DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR DE SEN. *Análise Econômica*, 16(29).
- Marinho, E., & Soares, F. (2003). Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. *Encontro Nacional de Economia*, 31.
- Marrero, G. A., & Servén, L. (2022). Growth, inequality and poverty: a robust relationship? *Empirical Economics*, 63(2), 725-791.
- Melo, M. A. (2005). O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social. *Dados*, 48, 845-889.
- Milanovic, B. (1999). Do more unequal countries redistribute more? Does the median voter hypothesis hold? Does the median voter hypothesis hold.

- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil. (2023). Recuperado de [<https://www.gov.br/mdh/pt-br>]
- Miro, V., Mariano, F., Lima Campêlo, G., de França, N., M. Barros, L. & Rodrigues de Lima, I. (2018). A avaliação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Ceará a partir do método de controle sintético. Ensaio sobre pobreza e desigualdade. Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP/CAEN/UFC).
- Muniz, L. F. D. (2010). Contribuição do programa FECOP ao desenvolvimento do Ceará. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Musgrave, R. A. (1974). Teoria das finanças públicas. Atlas.
- Musgrave, R. A. (1996). The role of the state in fiscal theory. *International Tax and Public Finance*, 3, 247-258.
- Musgrave, R. A., & Musgrave, P. B. (1980). *Finanças públicas: teoria e prática*. Campus.
- Nascimento, M. L. P. D. (2023). *Reforma tributária e intervenção do estado: as propostas de emenda constitucional PEC's 45 e 110 a partir do Direito fundamental ao desenvolvimento* (Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Neto, A. M. (1997). DESIGUALDADES SETORIAIS E CRESCIMENTO DO PB NO NORDESTE: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1970/95. *Revista Econômica do Nordeste*, 28(Suplemento Especial), 87-101.
- Neves, J. A., Machado, M. L., Oliveira, L. D. de A., Moreno, Y. M. F., Medeiros, M. A. T. de., & Vasconcelos, F. de A. G. de. (2021). Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. *Revista de Nutrição*, 34, e200170.
- Paula Santos, E., & Bueno, N. P. (2021). O efeito dos fundos estaduais de combate à pobreza sobre a desigualdade de renda dos estados brasileiros: 2003–2014. *Economia & Região*, 9(1), 21-38.
- Perotti, R. (1992). Income distribution, politics, and growth. *The American Economic Review*, 82(2), 311-316. "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Primeiro trimestre de 2020. Recuperado de [URL]"
- Pitombeira, D. F., & Oliveira, L. C. D. (2020). Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. *Ciência & saúde coletiva*, 25, 1699-1708.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2010). *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Brasil.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2019). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*, New York, NY.
- Ramos, C. A., & Araújo, H. (1999). Fluxos migratórios, desemprego e diferenciais de renda (pp. 94-p). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Ranaldi, M., & Milanović, B. (2022). Capitalist systems and income inequality. *Journal of Comparative Economics*, 50(1), 20-32.
- Reis, J. G. A., & Barros, R. D. (1990). Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil. *Pesquisa e planejamento econômico*, 20(3), 415-478.
- Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* FGV.
- Rowntree, B. S. (1901). *Poverty: a study of town life*. Macmillan.
- Rowntree, B. S., & Lavers, G. R. (1951). *Poverty and the welfare state: a third social survey of York dealing with economic questions*. Longman.
- Sacramento, A. R. S., & Raupp, F. M. (2023). O Uso dos Instrumentos Fiscais pelo Governo Federal no Pós-LRF (2001-2022). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e89238.
- Sandroni, P. (1999). *Novíssimo dicionário de economia*. Editora Best Seller.
- Santos, A. A. dos. (2021). Desigualdade de renda, pobreza e políticas públicas sociais: comparações entre Brasil e China (2000-2020).
- Santos, E. (2018). O efeito dos Fundos Estaduais de combate à Pobreza sobre a desigualdade de renda dos estados brasileiros 2013 - 2014. IX Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2018, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Santos, E. I. dos., Carvalho, Í. C. S. de., & Barreto, R. C. S. (2017). Pobreza multidimensional no estado da Bahia: uma análise espacial a partir dos censos de 2000 e 2010. *Revista de Administração Pública*, 51, 240-263.
- Schultz, T. W. (1974). *Economics of the family; marriage, children and human capital; a conference report*. University of Chicago Press, Chicago, US.
- Searle, B., Staton, S., Littlewood, R., Bayliss, O., & Thorpe, K. (2023). A Missed Opportunity? Meal Provision in Early Childhood Education and Care Services in the Context of Socioeconomic Disadvantage. *Maternal and Child Health Journal*, 1-10.
- Sen, A. (1976). Poverty: An ordinal approach to measurement. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 219-231.

- Serneels, P., & Dercon, S. (2021). Aspirations, poverty, and education. Evidence from India. *The Journal of Development Studies*, 57(1), 163-183.
- Silva, C. D. C., Leite, N. S., de Sousa Bastos, F., & Maia, F. (2020). Efeitos de curto e longo prazo das despesas públicas e das suas componentes sobre a renda dos estados brasileiros no período 1986-2013. *Economia Aplicada*, 24(4), 509-532.
- Silva, M. C. P., & Barros, R. P. (2006, dezembro). Pobreza multidimensional no Brasil. *Anais do Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia*, Salvador, BA, Brasil, 34
- Silva, V. H. M. C., Mariano, F. Z., França, J. M. S., & Firmiano, M. R. (2019). Avaliação Dos Fundos Estaduais De Combate À Pobreza No Nordeste A Partir Do Método De Controle Sintético Generalizado. *Anais do 47º Encontro Nacional de Economia – ANPEC*, São Paulo, SP, Brasil.
- Souza, H. G. D., Tabosa, F. J. S., Araújo, J. A. D., & Castelar, P. U. D. C. (2021). Uma análise espacial de como o crescimento e a desigualdade afetam a pobreza no Brasil. *Revista De Administração Pública*, 55, 459-482.
- Sylwester, K. (2002). Can education expenditures reduce income inequality? *Economics of education review*, 21(1), 43-52.
- Tabosa, F. J. S., de Carvalho Castelar, P. U., Amorim, D. I. M., da Cunha Filho, M. H., Albuquerque, E. M., & dos Santos, A. C. F. (2024). Impact of growth, inequality and the Family Grant Program (PBF) on Brazil's poverty. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(2), e3212-e3212.
- Teixeira, F. F. C. (2008). Análise de resultados e impactos do FECOP nos municípios cearenses com ênfase na educação.
- Teixeira, K. H. (2020). Uma análise espacial da pobreza no Estado de Alagoas. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, 25(2), 2668-2692.
- Teixeira, T. C. (2023). O Direito Financeiro como instrumento normativo para redução de desigualdades sociais e erradicação da pobreza: o Auxílio Brasil como vetor de evolução constitucional.
- Townsend, P. (1962). The meaning of poverty. *The British Journal of Sociology*. 13(3), 210-27.
- Tribunal de Contas da União (TCU). (2020). Referencial de Controle de Políticas Públicas.
- Ullah, A., Kui, Z., Ullah, S., Pinglu, C., & Khan, S. (2021). Sustainable utilization of financial and institutional resources in reducing income inequality and poverty. *Sustainability*, 13(3), 1038.

- Villeda Santana, M. C., Nava Bolaños, I., & Domínguez Villalobos, L. M. (2023). Pobreza multidimensional en las personas mayores de México: un análisis de género. *Economía: teoría y práctica*, (59), 47-74.
- Wan, G., Hu, X., & Liu, W. (2021). China's poverty reduction miracle and relative poverty: focusing on the roles of growth and inequality. *China Economic Review*, 68, 101643.
- Yurchyk, H., Mishchuk, H., & Bilan, Y. (2023). Government assistance programs for internally displaced persons: assessing the impact on economic growth and labour market. *Administration & Public Management Review*, (41).
- Zhou, Y., & Liu, Y. (2022). The geography of poverty: Review and research prospects. *Journal of Rural Studies*, 93, 408-416.